
Coleção

REPERCUSSÕES DO

v.12

**NOVO
CPC**

Coordenador geral

FREDIE DIDIER JR.

DIREITO ELEITORAL

Organizadores

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON

LUIZ HENRIQUE VOLPE CAMARGO

2016



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050

• E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robrio Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1076724

Sumário

Capítulo 1

O Novo CPC e o Direito Eleitoral: Impacto, Prazos e Provas no Processo Eleitoral

<i>Adriano Meireles Borba</i>	15
1. Considerações iniciais sobre o processo judicial eleitoral.....	15
2. Dispositivos do novo cpc potencialmente aplicáveis ao direito processual eleitoral	19
3. A nova forma de contagem dos prazos em dias úteis.....	24
4. Provas no novo cpc e sua aplicabilidade no direito eleitoral.....	27
5. Considerações finais.....	30
6. Referências.....	32

Capítulo 2

Brevíssimas notas sobre os negócios jurídicos processuais eleitorais

<i>Adriano Soares da Costa</i>	33
--------------------------------------	----

Capítulo 3

Prazos recursais em matéria eleitoral e o novo CPC

<i>Alexandre Ávalo Santana e Luís Cláudio Alves Pereira</i>	37
1. Introdução	37
2. O Processo Eleitoral e a regra de conectividade expressa do Novo CPC	38
3. Normas aplicáveis ao processo eleitoral	40
3.1. Resoluções do TSE e sua função normativa	43
4. Os Prazos Recursais no âmbito do processo Eleitoral e as eleições de 2016	45
4.1. A incidência do cômputo dos prazos em dias úteis	47
4.2. Da admissibilidade do recurso prematuro	51
4.3. Da Suspensão dos Prazos no recesso forense	52
5. Considerações finais.....	53

Capítulo 4

Rápida anotação sobre o julgamento por presunção da LC 64 e o novo Código de Processo Civil

<i>Antônio Carlos Mathias Coltro</i>	55
Bibliografia	72

Capítulo 5

O sistema de precedentes do novo CPC e sua repercussão no direito eleitoral

<i>Clarissa Campos Bernardo e Marcelo Santiago de Padua Andrade</i>	75
1. Introdução	75
2. O precedente e seu valor para o direito brasileiro: um breve resgate histórico e sua evolução no NCPC	76

3.	O modo de operacionalização do novo sistema de precedentes do NCPC: alguns conceitos básicos.....	79
4.	Repercussão do sistema de precedentes no Direito Eleitoral e o art. 16 da CF/88.....	84
5.	Conclusões.....	88
6.	Bibliografia.....	89

Capítulo 6

A Ação Eleitoral como Tutela dos Direitos Coletivos e a aplicação subsidiária do microsistema processual coletivo e do CPC

	<i>Flávio Cheim Jorge</i>	93
1.	Introdução.....	93
2.	Justiça Eleitoral e sua função.....	94
3.	A competência da Justiça Eleitoral.....	96
4.	Os valores que permeavam a Justiça Eleitoral quando de sua criação.....	101
5.	A Constituição Federal, a urna eletrônica e a mudança do Paradigma.....	106
6.	A ausência de um tratamento sistêmico processual da tutela eleitoral.....	109
7.	A natureza coletiva da ação eleitoral.....	111
8.	A aplicação subsidiária dos diplomas processuais civis.....	113
9.	Conclusão.....	119
10.	Bibliografia.....	121

Capítulo 7

Breves anotações sobre prova no processo eleitoral à luz do novo Código de Processo Civil

	<i>Flávio Luiz Yarshell</i>	125
1.	Introdução: peculiaridades do processo eleitoral em matéria probatória.....	125
2.	Incidência das normas fundamentais: contraditório e cooperação.....	128
3.	Distribuição “dinâmica” do ônus da prova.....	129
4.	Prova pré-constituída: ata notarial, antecipação da prova (sem o requisito da urgência) e prova documental.....	132
5.	Prova oral: depoimento pessoal, oitiva de testemunhas e oitiva de especialista.....	134

Capítulo 8

Estabilização da demanda e correção da ilegitimidade passiva no processo eleitoral

	<i>Jaldemiro Rodrigues de Ataíde Jr. e Roberto P. Campos Gouveia Filho</i>	137
1.	Considerações iniciais.....	137
2.	Breve noção sobre a correção da ilegitimidade passiva e sua compatibilidade/utilidade relativamente ao processo eleitoral.....	141
3.	A analítica da correção da ilegitimidade passiva estabelecida no NCPC.....	149
4.	Conclusões.....	155

Capítulo 9

As normas fundamentais do novo Código de Processo Civil e sua aplicação nos processos de competência da Justiça Eleitoral

	<i>José Marcelo Menezes Vigliar e Tony Ferreira de Carvalho Isaac Chalita</i>	159
--	---	-----

Capítulo 10**Os Embargos de Declaração no Processo Eleitoral e o Novo Código de Processo Civil**

<i>Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior</i>	169
1. Natureza jurídica dos embargos de declaração	169
2. Os Embargos de Declaração e a Interrupção do Prazo Recursal	173
3. Em que efeitos devem ser recebidos os embargos de declaração no Direito Eleitoral?	176
4. Fim da tese da “intempestividade por antecipação”	180
5. Nova inteligência dos embargos para fins de prequestionamento	181
6. Resumo dos Reflexos do Novo CPC no Direito Eleitoral em matéria de Embargos de Declaração	181

Capítulo 11**A renovação dos embargos de declaração no Código Eleitoral**

<i>Luiz Henrique Volpe Camargo</i>	183
1. Introdução	183
2. Breve histórico	184
3. Os embargos de declaração no Código Eleitoral	186
3.1. O prazo dos embargos de declaração e sua forma de contagem	186
3.2. A forma de intimação e sua influência no início do prazo para oposição de embargos de declaração	188
3.3. As hipóteses de cabimento dos embargos de declaração	190
3.4. Decisões embargáveis	191
3.5. Embargos de declaração e a fungibilidade	192
3.6. A interrupção do prazo para outro recurso	196
3.7. A sanção para os embargos de declaração protelatórios	198
3.8. A competência para julgamento dos embargos de declaração	199
3.9. Publicação em pauta e prévia intimação das partes	200
4. Conclusão	201
5. Bibliografia	201

Capítulo 12**Impacto do Novo CPC nos Processos Eleitorais**

<i>Marcus Vinicius Furtado Coelho</i>	203
1. A importância do novo CPC e o Direito Eleitoral: uma breve introdução	203
2. Considerações sobre a aplicabilidade do novo CPC ao processo eleitoral	205
3. Os embargos declaratórios em matéria eleitoral	207
4. Julgamento por presunção (Direito Eleitoral) versus garantia de livre convencimento (novo CPC)	210
5. Considerações finais	211
6. Referências bibliográficas	212

Capítulo 13**“Compra de votos”, direito sancionador e ônus da prova**

<i>Paulo Henrique dos Santos Lucon</i>	213
1. Introdução	213
2. Direito sancionador	214

3.	Formação do convencimento judicial: necessidade da presença de dolo	216
4.	Distribuição do ônus da prova no Código de Processo Civil de 2015 e modelo de constatação a ser empregado na aplicação das sanções por captação ilícita de sufrágio	221
5.	Conclusões	226

Capítulo 14

Relação entre Demandas Eleitorais

	<i>Paulo Henrique dos Santos Luçon</i>	229
1.	Direito processual eleitoral	229
2.	Demandas eleitorais	230
3.	Teoria da substanciação da causa petendi no CPC de 2015	231
4.	Ação de impugnação de registro de candidatura ou ação declaratória de elegibilidade	233
5.	Ação de investigação judicial eleitoral	234
6.	Ação de impugnação de mandato eletivo	236
7.	Recurso contra expedição de diploma	236
8.	Relação entre demandas	238

Capítulo 15

O novo sistema de precedentes e o direito eleitoral

	<i>Ricardo Ferraço</i>	245
1.	Introdução	245
2.	Princípios constitucionais do direito eleitoral	248
3.	A justiça eleitoral como instrumento de concretização de eleições livres	254
4.	O novo sistema de precedentes e o direito eleitoral	255

Capítulo 16

Embargos de declaração no processo eleitoral: breve releitura após a vigência do CPC-2015

	<i>Rodrigo Mazzei</i>	259
1.	Do objeto do trabalho	259
2.	O código eleitoral como superfície legal dos embargos de declaração no processo eleitoral	261
3.	Prazo para manejo dos embargos de declaração	264
4.	Natureza jurídica	270
5.	Hipóteses de cabimento	274
6.	Das decisões embargáveis	276
7.	Embargos de declaração e o princípio da fungibilidade	280
8.	Da preservação do prazo para outros recursos	283
9.	Efeito suspensivo (propriamente dito)	284
10.	Os embargos de declaração no “novo” código de processo civil	285
	10.1. As principais questões que envolvem prazo para manejo	289
	10.2. Cabimento contra qualquer tipo de decisão judicial	290
	10.3. “Alargamento” das hipóteses de oponibilidade de embargos de declaração	291
	10.4. Prequestionamento	293
	10.5. Ratificação de recurso excepcional	294
	10.6. Apenamento pelo uso de embargos de declaração manifestamente protelatórios	295
	10.7. Efeito suspensivo	296
11.	Breve fechamento	297